

# Uma estrada para um caminho: a *karraria antiqua* nos itinerários jacobeus portugueses

Paulo Almeida Fernandes  
CEAACP (U. Coimbra) / IEM (FCSH / NOVA, Lisboa)

**Resumo:** A *karraria antiqua* é uma estrada mencionada em vários documentos medievais portugueses que se tornou estruturante na rede viária medieval e pós-medieval do Norte do país. Tratava-se de uma via romana secundária na lógica das grandes estradas do império romano, que não colocava em comunicação qualquer grande cidade da época. Em crescendo de importância ao longo da Idade Média, foi um dos itinerários mais percorridos pelos peregrinos que se dirigiam para Compostela e o seu traçado foi genericamente respeitado em inícios dos anos 90 do século XX, quando se estruturou o atual Caminho Central Português, a segunda rota jacobea a nível mundial em número de peregrinos na atualidade. Neste artigo, pretendo recuperar o essencial da paisagem construída medieval que ainda é possível reconstituir ao longo desta via e reconhecer a grande sintonia entre o traçado peregrinatório atual e o que se julga conhecer acerca do itinerário durante a época romana. É um contributo para aprofundar a dimensão histórica de uma rota jacobea que está profundamente marcada pelo culto ao apóstolo Santiago (ontem como hoje), em pleno coração do Norte de Portugal.

**Palavras-chave:** Portugal, Idade Média, Caminho Central Português, peregrinação, Santiago.

---

## *Una vía para un camino: la karraria antiqua en los itinerarios jacobeos portugueses*

**Resumen:** La *karraria antiqua* es una vía mencionada en varios documentos portugueses de la Edad Media que se ha convertido en estructura de la red viaria medieval y posmedieval del norte del país. Se trataba de una vía romana secundaria, en la lógica de los grandes caminos del imperio romano, que no comunicaba con ninguna ciudad importante de la época. Creciendo en relevancia a lo largo de la Edad Media, fue uno de los itinerarios más transitados por los peregrinos que se dirigían a Compostela, y su diseño fue generalmente respetado a principios de los

*años 90 del siglo XX, cuando se estructuró el actual Camino Central Portugués, actualmente considerado como la segunda ruta jacobea en importancia, por el número de peregrinos que la transitan. En este artículo pretendo recuperar lo esencial del paisaje construido medieval, que aún es posible reconstituir a lo largo de esta ruta, y reconocer la gran sintonía entre el trazado de peregrinaje actual y el que se cree conocer sobre el itinerario durante la época romana. Una contribución que busca profundizar en la dimensión histórica de una ruta jacobea que está hondamente marcada por el culto al apóstol Santiago (tanto ayer como hoy), en pleno corazón del norte de Portugal.*

**Palabras clave:** Portugal, Edad Media, Camino Portugués Central, peregrinaje, Santiago.

---

## From A Road to A Way: the *karraria antiqua* on Portuguese Jacobean itineraries

**Abstract:** *Karraria antiqua* is the name of a road mentioned in Portuguese medieval documents that became a main highway in the medieval and post-medieval road network in the region of North Portugal. Its origin goes back to Roman times, when this road was a secondary highway in the imperial road network, for it did not connect any major cities of that era. In medieval times, however, this road was very important and became the major highway for Jacobean pilgrims through the North of Portugal. Its track was generically maintained at the end of the 20th century, when today's Central Portuguese Camino (Caminho Central Português) was structured. This camino represents today the second most important Jacobean route in terms of the number of pilgrims arriving at Compostela. In this article, I want to highlight the elements that formed medieval landscape along this highway and how close the actual Camino is to what we believe to be the first Roman road built here. Our primary objective is to deepen our knowledge of the historical dimension of a Jacobean route that is so fundamentally important to the cult of Saint James (yesterday and today), in the heart of Portugal's North region.

**Keywords:** Portugal, Middle Ages, Central Portuguese Camino, Peregrination, Saint James.

---

## *Unha vía para un camiño: a karraria antiqua nos itinerarios xacobeos portugueses*

**Resumo:** A *karraria antiqua* é unha vía mencionada en varios documentos portugueses da Idade Media que se converteu nunha estrutura da rede viaria medieval e posmedieval do norte do país. Tratábase dunha vía romana secundaria, na lóxica dos grandes camiños do imperio romano, que non comunicaba con ningunha cidade importante da época. Medrando en relevancia ao longo da Idade Media, foi un dos itinerarios máis transitados polos peregrinos que se dirixían a Compostela, e o seu deseño foi respectado polo xeral a principios dos anos 90 do século XX, cando se estruturou o actual Camiño Central Portugués, actualmente considerado como a segunda ruta xacobea en importancia, polo número de peregrinos que a transitan. Neste artigo pretendo recuperar o esencial da paisaxe

medieval construída, que ainda é posible reconstituír ao longo desta ruta, e recoñecer a gran sintonía entre o trazado de peregrinación actual e o que se cre coñecer sobre o itinerario durante a época romana. Unha achega que busca profundar na dimensión histórica dunha ruta xacobeá que está fondamente marcada polo culto ao apóstolo Santiago (tanto onte como hoxe), en pleno corazón do norte de Portugal.

**Palabras clave:** Portugal, Idade Media, Camiño Portugués Central, peregrinación, Santiago.

Na Idade Média, a *karraria antiqua* foi um dos principais itinerários do Noroeste português. A via foi mencionada em documentos medievais, indicando sobretudo limites de propriedades, o que atesta a sua relevância como marco territorial. Em 906, num dos mais discutidos diplomas da futura área portuguesa, a *karraria* limitava as propriedades que couberam ao bispo Nausto, na composição estabelecida com o prelado de Iria Flavia<sup>1</sup>. A via tinha origem romana e nessa altura conservaria o lajeado em partes consideráveis do seu percurso e era larga o suficiente para a “passagem de carros”<sup>2</sup>.

Tratava-se, na verdade, de uma estrada secundária na rede viária romana regional, que derivava da via XVI, pouco depois de cruzar o rio Douro em *Cale*. À passagem pelo rio Leça, já as duas vias estavam separadas. A via XVI ultrapassava aquele curso de água pela **ponte da Pedra**, hoje muito modificada, mas à qual se pode atribuir fundação romana, pelos silhares clássicos incorporados no intradorso do arco, alguns deles almofadados<sup>3</sup>. Por seu turno, a *karraria antiqua* fazia uso da **ponte de Barreiro** (também conhecida por ponte da Azenha, de Ronfes ou de Ronfos). A sondagem realizada nesta estrutura veio confirmar a cronologia medieval, como atestam silhares siglados, mas ela teve origem romana, sendo ainda visíveis algumas aduelas almofadadas<sup>4</sup>.

No limite Norte, a *karraria* chegava ao rio Lima, onde entroncava na via romana XIX, outra estruturante estrada imperial, que ligava *Bracara* a *Asturica Augusta* (Astorga). Na origem, a chegada a Ponte de Lima fazia-se junto à margem do rio, desde a gafaria de São Vicente. No entanto, à medida que se caminhou para o final da Idade Média, impôs-se outro itinerário na aproximação à vila, pela Porta do Souto, passando pelo recinto da célebre feira local<sup>5</sup>.

1 *Portugaliae Monumenta Historica. Diplomata et Chartae*, org. A. Herculano, Lisboa, Academia das Ciências de Lisboa, 1868, pp. 8-9, doc.13.

2 Almeida, C. A. F., “Ainda o documento 13 dos *Diplomata et Chartae*”, *Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, n.º 1 (1970), p. 102.

3 Almeida, C. A. F., *Vias medievais de Entre-Douro-e-Minho*, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1968, pp. 26-27.

4 Moreira, A. B., Silva, A. C. F., “A romanização do vale do Leça”, em *O rio da memória. Arqueologia no território do Leça*, Matosinhos, Câmara Municipal de Matosinhos, 2009, pp. 137-138; Teixeira, R., “Idade Média. Dados e perspectivas arqueológicas sobre o território do Leça no período medieval (sécs. IX-XIV)”, em *O rio da memória...*, *op. cit.*, pp. 207-208.

5 Almeida, C. A. B., “A intervenção arqueológica no Largo Camões – Ponte de Lima”, *Portugalia*, nova série, vol. 25, p. 141.

Pode parecer estranho que uma via assim secundária tenha sido o caminho mais seguido para a Galiza, até porque não era a única estrada que, partindo do Porto, permitia o acesso ao Norte. Da cidade da foz do Douro partiam pelo menos 5 vias. As três mais relevantes dirigiam-se para Nordeste: a Via XVI conduzia a Braga; a *Via Vimaranes*, como o nome indica, ligava a Guimarães; e a terceira dirigia-se para *Tongobriga*. Para além destas, existiam a via *per loca maritima*, na direção de Vila do Conde, e a *karraria antiqua*, que percorria um trecho relativamente interior do território.

Ao contrário de quase todas aquelas estradas, a *karraria* não possuía grandes aglomerados populacionais no seu trajeto, nem é certo que, na época romana, fosse servida por uma coerente rede de pontes. No entanto, impôs-se graças a vários fatores. Por um lado, era a forma mais rápida de chegar à fronteira galega, permitindo economizar cerca de 5 Kms que o itinerário por Braga<sup>6</sup>. Por outro lado, a via aglutinou poderosos pontos de referência na paisagem cultural da Idade Média. Se, em época romana, a estrada serviu sobretudo *uillae* e castros, na Idade Média foi um poderoso atrativo à fixação monástica, que cresceu sobretudo entre os séculos X e XIII, à sombra de relevantes fortalezas e graças ao patrocínio de destacadas famílias nobres.

Não se conhece o traçado exato da *karraria*. Alguns troços não estão consolidados na historiografia recente, sobretudo pela inexistência de dados arqueológicos, e parte das conclusões a respeito do seu presumível itinerário baseia-se em processos dedutivos<sup>7</sup>. No presente artigo, utilizou-se o traçado proposto pelo sítio da web [viasromanas.pt](http://viasromanas.pt).

O traçado do atual caminho jacobeu *Central Português* segue genericamente o percurso da *karraria*, mas impõe algumas variantes, determinadas sobretudo por dois aspetos: por um lado, as possíveis reconfigurações viárias desta estrada em épocas pós-medievais; por outro, a consciência de que as necessidades das peregrinações atuais são distintas das realizadas na Idade Média e que, por isso, a definição dos modernos caminhos peregrinatórios comporta valores “novos”, como segurança, contacto com populações locais, ou a passagem por pontos de interesse mais diversificados.

Este artigo pretende fornecer uma síntese de dados acerca da reconstituição da paisagem monumental medieval ao alcance dos peregrinos jacobeus, entre o Porto e Ponte de Lima. Centra-se, sobretudo, nas realizações patrimoniais pleno-medievais e na dimensão assistencial aos peregrinos, mas integra também informação relativa a outras épocas. Em relação ao património de época românica, salientam-se ainda os indicadores que relacionam as construções com eventuais influências galegas.

6 Almeida, C. A. F., “Caminhos medievais no Norte de Portugal”, em *Caminhos portugueses de peregrinação a Santiago*, Santiago de Compostela, 1998, p. 349.

7 Ferreira, R., *Os caminhos da estrutura do território do Baixo Ave*, Mestrado Integrado em Arquitetura, Porto, 2016, pp. 127-128.

### 1. Porto – Leça do Balio (Fig. 1)

A saída do Porto fazia-se pela Porta do Olival, uma das dezassete aberturas no perímetro defensivo urbano no final da Idade Média<sup>8</sup>. Após a Porta do Olival abria-se a Praça dos Ferreiros (Praça de Carlos Alberto), onde começava a Carreira, via retilínea cujo nome atual é Rua de Cedofeita. No século XVIII, esta artéria era conhecida por Rua da Estrada, porque se dirigia para o Padrão da Légua, onde se bifurcavam os antigos caminhos: pela orla costeira (herdeiro da via *per loca maritima*) e o trajeto para Norte, pela *karraria antiqua*.

Foi na confluência desta carreira (*carraria*) que se edificou a **igreja de Cedofeita**. Uma inscrição moderna alude à tradição de o templo ter sido fundado na época de São Martinho de Dume<sup>9</sup>. Não restam vestígios dessa suposta fundação, mas os dados arqueológicos admitem uma primeira ocupação romana<sup>10</sup>. Os mais antigos elementos hoje conservados datam de finais do século IX, altura em que a região do Porto foi integrada na esfera asturiana. Trata-se de dois capitéis em calcário posteriormente reaproveitados na primeira obra românica do templo<sup>11</sup>. Esta ocorreu em finais do século XI, no âmbito da reorganização da diocese de Braga, na qual o Porto então ainda se incluía. A igreja foi sagrada pelo bispo bracarense D. Pedro, em 1087, e dessa construção ainda se conserva parte da capela-mor, com muros reforçados por arcarias cegas peraltadas<sup>12</sup>, como foi frequente no primeiro românico português irradiado a partir de Braga.

A novidade da sagração de 1087 reside no facto de a igreja ser parte de um mosteiro<sup>13</sup>, o qual foi convertido em colegiada durante o século XII<sup>14</sup>. Nos finais desta centúria, o templo foi alvo de uma parcial reconstrução, que atuou sobretudo sobre a nave e lhe conferiu um estatuto único no românico português: o de ser a única igreja de nave única totalmente abobadada<sup>15</sup>. A cronologia da obra deverá situar-se em inícios do século XIII, depois da deslocação de artistas formados na sé de Coimbra, seguramente depois de realizadas a frontaria da igreja de São Cristóvão de Coimbra e a célebre placa do *Agnus Dei* do Museu Nacional de Machado de Castro.

8 Queirós, J. L., “O Porto – a formação da urbe entre o século XII e o século XVIII”, *Erasmus*, n.º 1 (2014), p. 141.

9 Real, M. L. e Silva, A. M., “*Portumcalem Castrum Novum* na época sueva”, em *In Tempore Sueborum*, Ourense, 2018, p. 206.

10 Silva, A. M., “Ocupação da época romana na cidade do Porto. Ponto de situação e perspectivas de pesquisa”, *Galaecia*, n.º 29 (2010), pp. 233 e 254.

11 Real, M. L., “Inéditos de arqueologia medieval portuense”, *Arqueologia*, n.º 10 (1984), p. 31; Graf, G. N., *Portugal Roman*, vol.1, Yonne, 1986, p. 334.

12 Real, M. L., “O projecto da catedral de Braga no século XI e as origens do Românico português”, em *Congresso internacional comemorativo do IX centénario da Dedicção da Sé de Braga*, vol. 1, Braga, 1990, p. 461.

13 Marques, A. E., “A autoridade episcopal e a construção da rede paroquial na diocese do Porto (séculos X-XIV)”, em *Um poder entre poderes. Nos 900 anos da restauração da diocese do Porto e da construção do cabido portucalense*, Lisboa, 2017, p. 182.

14 Rosas, L., “A colegiada de S. Martinho de Cedofeita do Porto”, *Boletim Municipal de Cultura*, 3.ª série, vols. 2-3 (1985-1986), pp. 33-52.

15 Almeida, C. A. F., *História da Arte em Portugal – o Românico*, Lisboa, 2001, p. 116.



Fig. 1. Troço do Caminho Central Português entre Porto e Leça do Balio. 1: Igreja de Cedofeita; 2: Cruzeiro do Senhor do Padrão, Recarei; 3: Igreja de Santiago de Custóias; 4: Mosteiro de Leça do Balio; 5: Ponte da Pedra; 6: Ponte de Ronfes. PAF.

Esta última pode corresponder à estante de coro que Telo e sua mulher ofereceram à catedral de Coimbra em 1205<sup>16</sup>, embora subsistam outras interpretações<sup>17</sup>, o que coloca a obra de Cedofeita após esta data, dadas as notáveis semelhanças entre aquele painel conimbricense e o tímpano do portal lateral da igreja portuense. (Figs. 2 e 3)

O *Agnus Dei* de Cedofeita tem ainda outro motivo de interesse. Como já foi notado, a presença deste tipo de representação cristológica no românico português coincide com as principais vias de ligação à Galiza<sup>18</sup>. Posteriores abordagens ao tema não realçaram

16 Real, M. L., *A arte românica de Coimbra. Novos problemas, novas hipóteses*, Licenciatura em História, Porto, 1974, pp. 162-163.

17 Almeida, C. A. F., *História da Arte em Portugal – Românico*, Lisboa, 1986, p. 163; Fernandes, C. V. e Fernandes, P. A., "Elements of Romanesque resistance after 1200: the episcopal tombs and other examples of sculpture in Portuguese cathedrals", em *Late Romanesque sculpture in European cathedrals: contexts and narratives*, Turnhout (Belgium), Brepols Publishers, 2020, pp. 230-250.

18 Real, M. L., Almeida, M. J. P. H., "Influências da Galiza na arte românica portuguesa", em *II Jornadas luso-espanholas de História Medieval*, vol. 4, Porto, 1990, p. 1498.



Fig. 2. Placa do *Agnus Dei*. Coimbra, Museu Nacional de Machado de Castro. Foto: PAF.



Fig. 3. Igreja de Cedofeita, tímpano do portal lateral Sul. Foto: PAF.

esta circunstância<sup>19</sup>, mas não deixa de ser surpreendente que, das 13 representações de *Agnus Dei* no nosso românico, praticamente todas estejam nas proximidades de vias estruturantes para Norte. Para lá de eventuais razões de índole iconográfica (âmbito para o qual não me parecem existir dados suficientes de caracterização que possam sustentar uma explicação), há outro fator que pode estar na origem desta inusitada concentração: as figurações do *Agnus Dei* representam abordagens eruditas e algo complexas, certamente ao alcance de encomendadores diferenciados do ponto de vista cultural e financeiro. Encontra-se, aqui, um primeiro dado para a caracterização das estradas seguidas pelos peregrinos no Portugal dos séculos XII e XIII, uma rede viária que atraiu também algumas das mais prestigiadas e ricas instituições monásticas da época.

O ponto seguinte é o **cruzeiro do Senhor do Padrão**, acerca do qual subsiste a tradição de uma origem medieval. Foi concebido como elemento identificador do caminho que seguia para Norte, onde se passou a fazer a bifurcação das estradas que partiam para Vila do Conde ou para Rates. Ainda hoje o Padrão da Légua é uma bifurcação de caminhos (também de Santiago). No processo de estabilização do atual itinerário do Caminho da Costa, o Padrão da Légua significa a separação entre esse itinerário e o Caminho Central Português, embora a versão mais antiga do trajeto jacobeu costeiro estabelecesse a bifurcação apenas à chegada a Rates<sup>20</sup>. O cruzeiro atual data de 1625 e foi objeto de uma reconfiguração em 1730.

Nas proximidades localiza-se a vila de Custóias, cujo patrono é Santiago. A localidade fez parte do património da Ordem do Hospital, congregação criada especificamente para apoiar peregrinos que se dirigiam à Terra Santa e cuja primeira sede portuguesa foi o vizinho mosteiro de Leça do Balio. A partir do Padrão da Légua, entrava-se, portanto, em território hospitalário.

A igreja matriz está documentada desde a Idade Média, mas, por ameaçar ruína, foi demolida no início do século XVIII. Na capela-mor do novo templo então erigido e já finalizado em 1733 veneram-se duas imagens intimamente relacionadas com a tradição jacobea: Santiago e São Gonçalo<sup>21</sup>, o apóstolo e o mais importante santo português dos caminhos de peregrinação, aqui mais uma vez em antiga cumplicidade devocional<sup>22</sup>. No exterior, conserva-se uma imagem de Santiago, inscrita em nicho na fachada principal.

À sombra do *Mons Custodias* – fortificação documentada desde o ano 1003<sup>23</sup> –, cresceu a localidade de Custóias e também o **mosteiro de Leça do Balio** (Fig. 4), que

19 Lopes, P. F., "A representação do *Agnus Dei* nos tímpanos das igrejas românicas portuguesas", *Roda da Fortuna*, vol. 2, n.º 2 (2013), pp. 340-378.

20 Fernandes, P. A., *Guia dos Caminhos de Santiago*, Porto, 2018, pp. 100-101.

21 Cunha, A. M. R., "A devoção e a peregrinação jacobea em Portugal", *Ad Limina*, vol. 2 (2011), Santiago de Compostela, p. 94.

22 Fernandes, P. A., *Caminhos de Santiago*, Lisboa, 2014, p. 33.

23 Barroca, M. J., "*Prope litore maris*: o sistema defensivo da orla litoral da diocese do Porto (séc. IX a XII)", em *Um poder entre poderes. Nos 900 anos da restauração da diocese do Porto e da construção do cabido portualense*, Lisboa, 2017, p. 235.



Fig. 4. Mosteiro de Leça do Balio. Foto: PAF.

prestou apoio aos peregrinos medievais<sup>24</sup>. É possível que a *karraria antiqua* dispusesse neste troço de um divertículo para nascente, o que teria favorecido a instalação de uma primeira comunidade mista de monges na segunda metade do século X, fundada por Unisco Mendes e por Trutesendo Osoredes<sup>25</sup>. No embasamento escalonado da torre conservam-se silhares almofadados que recordam construções do século X e, no adro do monumento, ainda se preservam sarcófagos, um deles decorado com cruz grega<sup>26</sup>. Alvo de obras em finais do século XI, na mesma altura em que a gestão da comunidade passou para a Sé de Coimbra, a atividade desta primeira fase do mosteiro prolongou-se até 1122, ano em que se documenta o seu último abade<sup>27</sup>.

O mosteiro de Leça é equidistante em relação às duas principais estradas: a *karraria* e a *Via XVI*. A concessão à Ordem do Hospital de um extenso domínio gerido a partir deste mosteiro, ocorrida em momento desconhecido anterior a 1132<sup>28</sup>, não pode deixar de ter em atenção a proximidade daquelas vias<sup>29</sup>. A ordem foi fundada numa Jerusalém ainda ocupada pelos muçulmanos, por iniciativa de um conjunto de mercadores italianos, e teve como primeira materialização um equipamento assistencial dedicado a São João Baptista. Como se estipulava na regra destes monges,

24 Teixeira, R., "Idade Média...", *op. cit.*, p. 197.

25 Mattoso, J., "As famílias condeais portugalenses dos séculos X e XI" [1968-69], em *A nobreza medieval portuguesa. A família e o poder*, Lisboa, 2001, pp. 128-129.

26 Teixeira, R., "Idade Média...", *op. cit.*, p. 209.

27 Barroca, M. J., *Epigrafia medieval portuguesa*, vol. 2, t. 1, Lisboa, 2000, p. 1159.

28 Costa, P. P., *A ordem militar do Hospital em Portugal: dos fins da Idade Média à Modernidade*, Porto, 2000, p. 97.

29 Costa, P. P., Rosas, L., *Leça do Balio no tempo dos cavaleiros do Hospital*, Porto, 2001, p. 27.

“a hospitalidade possui o primeiro lugar”, o que fez dos Hospitalários uma ordem com prioridades socio-caritativas<sup>30</sup>. Já se realçou o facto de a instalação em Leça encontrar justificação no apoio aos peregrinos jacobeus<sup>31</sup>, decisão que se incluía também no plano compostelano de restauração da diocese do Porto, através do bispo D. Hugo, antigo secretário pessoal de Diego Gelmírez.

Apesar de, na documentação medieval da ordem, não abundarem referências à caridade, hospitalidade e assistência – circunstância que foi já explicada pelo facto de a dimensão assistencial ser implícita à prática dos freires, “uma ação mais vivida no plano experimental e não tanto alvo de um especial interesse descritivo”<sup>32</sup> – a verdade é que a casa-mãe dos Hospitalários até ao século XIV foi um ponto de apoio essencial aos peregrinos. Na lauda sepulcral de Fr. Estêvão Vasques Pimentel, prior que promoveu a construção da monumental igreja que hoje existe, Santiago está representado com outros membros do colégio apostólico<sup>33</sup>. E em documentação de meados do século XVI, Paula Pinto Costa identificou alguns merceeiros, homens e mulheres ligados ao mosteiro que geriam a assistência a necessitados e a peregrinos<sup>34</sup>.

## 2. Leça do Balio – Vairão (Fig. 5)

Para os peregrinos atuais, a passagem do rio Leça faz-se na **ponte de Moreira da Maia**, estrutura documentada desde o século XVI. O tabuleiro horizontal assenta sobre dois arcos de volta perfeita, em cujo enchimento não se identificaram silhares nem almofadados nem siglados, facto que parece comprovar a sua história integralmente pós-medieval.

Na Idade Média, e possivelmente desde a época romana, a passagem fazia-se pela ponte de Ronfes (da Azenha, ou de Ronfos), já mencionada e mais próxima de Leça do Balio. É possível que, a partir de Ronfes, existisse uma via que, procedente da foz do Leça (castro de Guifões), ligasse à *Via XVI*<sup>35</sup>, num sentido Sudoeste - Nordeste. Ao longo do tempo, todavia, impôs-se a passagem por Moreira da Maia, ditada sobretudo pela proximidade do **mosteiro de Moreira**, outra instituição de grande relevância para os peregrinos.

As origens do edifício religioso recuam a 915, mas a comunidade monástica só surge mencionada em inícios do século XI<sup>36</sup>. É seguramente do edifício pré-româ-

30 *Ibidem*, p. 19.

31 Costa, P. P., “The role of the order of Saint John in pilgrimage and politics: the case of the North of Portugal”, em *Pilgrims and Politics. Rediscovering the power of the pilgrimages*, Farnham, 2012, p. 74.

32 Henriques, T., *A assistência da Ordem do Hospital: práticas, intervenientes e destinatários (sécs. XII-XIV)*, Mestrado em Estudos Medievais, Porto, 2016, pp. 84-85.

33 Costa, P. P., Rosas, L., *Leça do Balio no tempo...*, *op. cit.*, p. 104.

34 *Ibidem*, p. 45.

35 Ribeiro, A. T., “O marco miliário de Barca, concelho da Maia – contributo para o estudo da rede viária de época romana”, *Revista da Maia*, nova série, n.º 1 (2016), p. 17.

36 Mattoso, J., *O monaquismo ibérico e Cluny* [1968], Lisboa, 2002, p. 24.

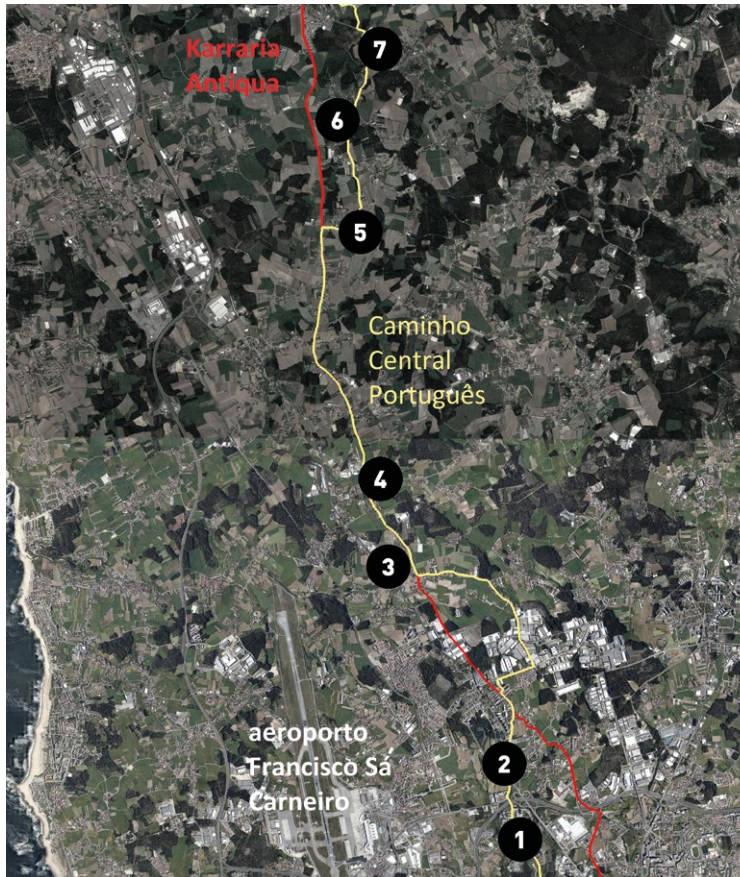


Fig. 5. Troço do Caminho Central Português entre Leça do Balio e o mosteiro de Vairão.

1: Ponte de Moreira da Maia;  
 2: Mosteiro de São Salvador de Moreira da Maia;  
 3: Igreja de Santa Marinha de Vilar de Pinheiro;  
 4: Igreja de São Gonçalo de Mosteiro;  
 5: Igreja de São Gião;  
 6: Castelo medieval de Castro Boi;  
 7: Mosteiro de São Bento de Vairão. PAF.

nico então construído que procedem os elementos materiais mais antigos, onde se incluíam dois sarcófagos não antropomórficos<sup>37</sup>.

Os dados mais concretos surgem a partir da segunda metade do século XI, altura em que a família de Trutesendo Guterres foi patrona da comunidade monástica. Como já foi salientado, a (re)fundação deste mosteiro integrou-se numa ação mais vasta de famílias emergentes de infanções (estratos da média nobreza), ao longo do século XI, destinada a afirmar o seu poder, também simbólico, assim emulando o comportamento da nobreza condal<sup>38</sup>. O mosteiro aparece na órbita dos regrantes de Santo Agostinho desde 1133<sup>39</sup> e, ainda que nenhum vestígio material subsista do papel relevante que desempenhou durante a Idade Média, foi seguramente mais um ponto de apoio a peregrinos. De acordo com o testemunho tardio de Confalonieri, o

37 Carvalho, J. V., *O mosteiro de S. Salvador de Moreira*, Maia, 1969, p. 20; Barroca, M. J., *Necrópoles e sepulturas medievais do entre-Douro-e-Minho*, Provas públicas de aptidão pedagógica e capacidade científica, Porto, 1987, p. 208; Bencatel, D. O., "Sarcófagos e sepulturas medievais (Maia e Matosinhos): análise tipológica e cronológica", *Revista Portuguesa de Arqueologia*, vol.12, n.º 2 (2009), p. 223.

38 Ferreira, R., *Os caminhos da estrutura...*, op. cit., p. 141.

39 Teixeira, R., "Idade Média...", op. cit., p. 206.

cenóbio era riquíssimo e dispunha de uma importante relíquia: um pedaço do Santo Lenho, que alguma historiografia admite que pudesse já estar ali depositada em finais do século XI<sup>40</sup>.

Trutesendo Guterres está também ligado a outro ponto do caminho pela *karraria*: a **igreja de Santa Marinha de Vilar de Pinheiro**, doada àquele nobre por volta de 1075. Na Idade Média, a localidade era conhecida por Vilar de Porcos e a sua igreja esteve vinculada ao mosteiro de Moreira<sup>41</sup> e, mais tarde, ao de Vairão.

Entre Vilar de Pinheiro e Gião, o Caminho Central Português é coincidente com a *karraria*, mas inverte para permitir que os peregrinos alcancem o mosteiro de Vairão. Desde o Porto que se identificam vários lugares conhecidos por Padrão, microtopónimos viários que foram cristalizados ao longo dos tempos e que significavam métricas próprias do caminho ou fronteiras entre territórios ou, por vezes, simples propriedades. Antes de Vairão, passa-se pela **igreja de São Gonçalo de Mosteiró**, templo que teve como primeiro orago São Salvador, depois Santa Maria e, a partir do século XVI, São Gonçalo<sup>42</sup>, nome lendariamente associado à (re)construção da ponte de Amarante e principal santo português dos caminhos de peregrinação. A designação de Mosteiró deve radicar num pequeno mosteiro, tradicionalmente atribuído a monjas beneditinas, que no século XV já estaria extinto<sup>43</sup>. Seguem-se as igrejas de Vilar e de Gião, ambas com origem medieval e ambas relacionadas com o vizinho mosteiro de Vairão.

O **mosteiro de Vairão** é o fim de uma etapa do atual Caminho de Santiago e deve tê-lo sido também na Idade Média, pois era um equipamento com vocação assistencial. O conjunto beneficiou da proteção do castelo de Castro de Boi<sup>44</sup>, implantado a nascente do mosteiro, enquanto a estrada corria do lado oposto. A comunidade religiosa, primeiro mista, está documentado desde 974<sup>45</sup>. De 1035 é uma inscrição comemorativa de obras realizadas por patrocínio de Pala Froiaz, descendente de Trutesendo Osoredes<sup>46</sup>, o que atesta que também esta família continuou a expandir o seu poder na região, a partir da posseção fundacional de Leça. Em finais do século XI abraçou a regra beneditina e, pouco depois, possivelmente ainda na década de 20 do século XII, passou a acolher apenas monjas, constituindo-se, assim, como um dos poucos cenóbios femininos rurais da Baixa Idade Média<sup>47</sup>, com fortes ligações à família Maia, da qual procedia a sua primeira abadessa, Elvira

40 Cunha, A. M. R., *Caminhos portugueses de peregrinação a Santiago*, Santiago de Compostela, 1998, p. 29.

41 Fernandes, A., *Os cônegos regrantes de Santo Agostinho no Norte de Portugal em finais da Idade Média*, Doutoramento em História, Coimbra, 2011, p. 122.

42 Cunha, A. M. R., "Lugares do culto de São Gonçalo no território da actual diocese do Porto", *Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto – Ciências e Técnicas do Património*, vol. 2 (2003), p. 86.

43 Cunha, A. M. R., *Caminhos portugueses...*, *op. cit.*, p. 30.

44 Barroca, M. J., "Prope litori maris...", *op. cit.*, p. 225.

45 Sousa, B. V. (dir.), *Ordens religiosas em Portugal. Das origens a Trento. Guia histórico*, Lisboa, 2006, pp. 78-79.

46 Mattoso, J., *O monaquismo ibérico...*, *op. cit.*, pp. 129-131. Cf. Barroca, M. J., *Epigrafia medieval...*, *op. cit.*, Insc. N.º 23, pp. 83-92.

47 Mattoso, J., "Os cartórios dos mosteiros beneditinos na diocese do Porto", *Anuario de Estudios Medievales*, n.º 1 (1964), p. 164.



Fig. 6. Troço do Caminho Central Português entre os mosteiros de Vairão e de Rates.

1: Ponte de D. Zameiro sobre o rio Ave;  
2: Núcleo molinológico fluvial da Ponte do Ave;  
3: Mosteiro de São Simão da Junqueira;  
4: Ponte de São Miguel dos Arcos;  
5: Igreja de São Cristóvão de Rio Mau;  
6: Mosteiro de Rates. PAF.

Fig. 7. Ponte de D. Zameiro. Foto: PAF.



Todereis<sup>48</sup>. Os elementos construtivos mais antigos são do século XIV e o mosteiro foi enriquecido com várias obras. À grande dinâmica do século XI deve atribuir-se apenas dois sarcófagos, um dos quais decorado com cruz grega<sup>49</sup>.

### 3. *Discurrente Ave et Alister* (Fig. 6)

A travessia do rio Ave faz-se, ontem como hoje, na ponte D. Zameiro, (Fig. 7) equipamento que já existia em 1185, pois aparece mencionada como *ponti de domno Cemarario* no testamento do bispo do Porto D. Fernando Martins<sup>50</sup>. É uma estrutura de apreciáveis dimensões, mas heterogénea, composta por oito arcos de volta perfeita,

48 Martins, A., *O mosteiro de São Salvador de Vairão na Idade Média, o percurso de uma comunidade feminina*, Porto, 2001, p. 43.

49 Barroca, M. J., *Necrópoles e sepulturas medievais...*, op. cit., 1987, p. 212.

50 Morujão, M. R., *Testamenti ecclesiae Portugaliae (1071-1325)*, Lisboa, 2010, p. 527.

assimétricos entre si e reforçados por talhamares. O aparelho é de relativa qualidade e as aduelas dos arcos são de perfil alongado, o que atesta a sua cronologia medieval. O tabuleiro é de duplo lanço ligeiramente rampante, mas desigual entre as duas partes, fruto de sucessivas reformas, a última das quais realizada em 2003, após a derrocada de um arco.

Para lá do complexo molinológico fluvial que se instalou nas margens e no leito do rio – já referido nas Inquirições de 1258 e alvo de interesse por parte do rei D. Afonso III em 1270<sup>51</sup>, há ainda a notícia de que, em 1258, existia uma capela dedicada a Santa Cruz<sup>52</sup>.

Cruzado o rio, entrava-se na área de influência da *civitas* de Bagunte, à qual pertencia o castro de Santagões (grafado na Idade Média como Celteganos), fortificação medieval que melhor controlava a passagem da ponte D. Zameiro. O castelo medieval de Bagunte, que reocupou uma antiga estação proto-histórica de grande relevância, está documentado desde 971, embora não se conheçam materiais medievais<sup>53</sup>.

A principal referência monumental era o **mosteiro de São Simão da Junqueira**, fundado em meados do século XI num local anteriormente conhecido por *uilla Frenandi*, entre os rios Ave e Este (*Alister*). A comunidade, inicialmente dúplice, foi patrocinada pela família Maia, mas, no século XII, aderiu à reforma monástica. Sob o patronato de uma família nobre secundária, os Cunha, e em momento desconhecido entre 1147 e 1151, o mosteiro assumiu a regra de Santo Agostinho<sup>54</sup>, tornando-se um mosteiro regrante em pleno meio rural.

Nada resta do período medieval, mas a monumentalidade da igreja barroca, das dependências monásticas, a extensão da antiga cerca e a presença de um grande aqueduto, ainda preservado em cerca de 400 metros, são indicadores da grande relevância local que esta casa monástica teve até à sua extinção, em 1770. Um episódio relacionado com o universo jacobeu ocorreu em 1398. Por solicitação do arcebispo de Santiago de Compostela, o rei D. João I isentou até 25 moradores do couto do mosteiro de várias obrigações para com os concelhos vizinhos<sup>55</sup>. O assunto carece de investigação mais detalhada, mas ele prova a relação que existia, ao tempo, com Santiago de Compostela e não custa a crer que uma das possíveis explicações estivesse no apoio que o mosteiro dava aos peregrinos. Na frontaria da igreja, inscrita em nicho, conserva-se uma escultura barroca de Santiago.

A travessia do rio Este fazia-se pela **ponte dos Arcos**, de origem romana e em funcionamento em 985, ano em que um documento alude à sua existência<sup>56</sup>. Des-

51 Freitas, E. A. C., “Estradas velhas entre Leça e Ave”, *Douro-Litoral*, 4.ª sér, vol.1-2, (1950), p. 33.

52 Almeida, C. A. B., Almeida, P. B., “Alguns apontamentos sobre a cidade de Bagunte – Vila do Conde”, *Portugália*, nova série, vol. 36 (2015), p. 50.

53 Barroca, M. J., “*Prope litore maris...*”, *op. cit.*, p. 220.

54 Lira, S., “A adopção da regra de Santo Agostinho no mosteiro de S. Simão da Junqueira (1147-1151)”, 2.º *Congresso histórico de Guimarães*, vol. 5 (1996), pp. 90 e 92.

55 Fernandes, A., *Os cônegos regrantes de Santo Agostinho...*, *op. cit.*, pp. 150-151.

56 *Portvgaliae Monvmenta Historica*, *op. cit.* p. 94, doc. 150.



Fig. 8. Ponte de São Miguel dos Arcos. Foto: PAF.

conhece-se quando foram efetuadas profundas obras de reconstrução. Uma inscrição recente, gravada num silhar das guardas de granito, indica o ano de 1144, mas trata-se de uma datação tradicional, destituída de certificação documental<sup>57</sup>. O seu aspeto atual é pleno-medieval, compondo-se de três arcos (o médio de maior flecha e reforçado por talhamares), sobre os quais assenta tabuleiro de duplo cavalete rampante. É possível que tenha existido um quarto arco junto à margem Norte, área hoje assoreada e cujo aparelho construtivo revela grandes alterações. (Fig. 8)

#### 4. O mosteiro de São Pedro de Rates

Da ponte dos Arcos, os peregrinos deviam dirigir-se ao antigo **mosteiro de São Cristóvão de Rio Mau**, ainda que se desconheça se a antiga via romana passava nesse local. A história desta instituição é difusa e não deve ter sido fácil sobreviver economicamente entre duas casas monásticas mais poderosas: a Junqueira, a Sul; e

<sup>57</sup> Ribeiro, A. S., *Pontes antigas classificadas*, Lisboa, 1998, p. 141.

Rates, a Norte. A igreja teve várias designações. Em 1443 surge como São Cristóvão de Rates<sup>58</sup> e outros diplomas referem-se-lhe como São Cristóvão de Faria.

O mosteiro, documentado em finais do século XI<sup>59</sup>, foi objeto de possível refundação em 1151, ano em que o sacerdote *Petrus Didaci* promoveu a construção da igreja românica que ainda subsiste. O facto é conhecido por uma inscrição gravada na capela-mor<sup>60</sup>, espaço que congregou o essencial do investimento então realizado, a avaliar pela qualidade e erudição da escultura aí aplicada. Não obstante as dificuldades de interpretação que o programa iconográfico motiva – sobretudo o capitel historiado do lado Sul do arco triunfal, conhecido por “capitel dos guerreiros”<sup>61</sup> –, a generalidade dos autores coincide num facto: os responsáveis por esta escultura aplicada estavam familiarizados com recentes produções tudenses<sup>62</sup>. Por essa razão, a cabeceira de Rio Mau pode considerar-se um dos primeiros exemplos de transferência dos modelos galegos para a arte românica portuguesa a Sul do Alto Minho<sup>63</sup>. (Fig. 9)

A construção do corpo pertence à segunda metade do século XII e avançando mesmo para a centúria seguinte<sup>64</sup>. Esta fase mantém ainda alguma qualidade escultórica e programática, como a luta entre um grifo e um dragão no portal Norte<sup>65</sup>, ou a representação de um bispo no tímpano do portal principal, possível representação do próprio Santo Agostinho<sup>66</sup>, patrono das comunidades crúzias.

O mosteiro foi seguramente efémero, pois em 1220 já aparece mencionado apenas como igreja. Não obstante alguma documentação medieval que se refere ao edifício como mosteiro, a partir do século XIII não parecem existir evidências de qualquer comunidade monástica, tendo já sido aventada a hipótese de se continuar a referir o termo mosteiro apenas por tradição<sup>67</sup>.

A principal instituição da zona era, porém, o **mosteiro de São Pedro de Rates**, paragem obrigatória ainda hoje para os peregrinos. Parte do passado arqueológico foi resgatado em 1997 e 1998 e provou as origens romanas do povoamento, tendo ainda permitido conhecer parcelas da ocupação paleocristã e pré-românica<sup>68</sup>. (Fig. 10)

58 Marques, J., *A arquidiocese de Braga no século XV*, Lisboa, 1988, p. 797.

59 Costa, A. V., *O bispo D. Pedro e a organização da diocese de Braga*, Doutoramento, Coimbra, 1959, p. 16.

60 Barroca, M. J., *Epigrafia Medieval Portuguesa*, op. cit., pp. 234-238.

61 Barroca, M. J., “28. Capitel historiado” e “29. Capitel historiado”, em *Nos Confins da Idade Média*, Lisboa, 1992, pp. 118-119; Rodrigues, J., “O mundo românico”, *História da Arte Portuguesa*, vol.1, Lisboa, 1995, pp. 274-275.

62 Almeida, C. A. F., *História da Arte em Portugal...*, op. cit., 2001, p. 102.

63 Real, M. L. e Almeida, M. J. P. H., “Influências da Galiza na arte...”, op. cit., p. 1488.

64 Almeida, C. A. F., *História da Arte em Portugal...*, op. cit., p. 72.

65 Ferrín González, J. R., “La decoración zoomórfica en el románico de la diócesis de Porto: aproximación a un bastiario”, em *I Congresso sobre a diocese do Porto*, vol.1, Porto, 2002, p. 170.

66 Monteiro, M., “A igreja de S. Cristóvão de Rio Mau” [1945], *Dispensos*, Braga (1980), p. 326.

67 Fernandes, A., *Os cónegos regnantes de Santo Agostinho...*, op. cit., pp. 62-65.

68 Real, M. L., “O românico condal em S. Pedro de Rates e as transformações beneditinas do século XII”, *Boletim Cultural – Póvoa do Varzim*, vol.21, 1982, p. 9. Gomes, J. M. F., Carneiro, D., *Subtus Montis Terroso. Património arqueológico no concelho da Póvoa do Varzim*, Póvoa do Varzim, 2005, p. 268.



Fig. 9. Igreja de São Cristóvão de Rio Mau. Fachada principal. Foto: PAF.



Fig. 10. Mosteiro de São Pedro de Rates. Porta lateral Sul. Foto: PAF.

A primeira notícia sobre o mosteiro é de 1072<sup>69</sup>, data que não pode dissociar-se da restauração da diocese de Braga, verificada no ano anterior. Em 1100, o conde D. Henrique doou o cenóbio ao priorado cluniacense de La Charité sur Loire, instituição borgonhesa<sup>70</sup>. Começou aí a grande igreja românica que ainda hoje subsiste, apesar da sua complexa história, das muitas alterações que sofreu e da grave crise pela qual o conjunto passou no final da Idade Média. O ritmo das obras é conhecido graças sobretudo a Manuel Luís Real (1982), que atualizou um anterior trabalho de Carlos Alberto Ferreira de Almeida (1975). Logo na segunda fase, que se estende ao longo de grande parte do século XII, é possível isolar a presença de canteiros formados em

69 *Ibidem*, p. 239.

70 Dias, G. C., *Quando os monges eram uma civilização... Beneditinos: espírito, alma e corpo*, Porto, Citcem, 2011, p. 121.



Fig. 11. Imagem de São Pedro de Rates. Mosteiro de São Pedro de Rates. Foto: PAF.

estaleiros galegos<sup>71</sup>, aos quais se podem atribuir as aves cujas patas se posicionam no astrágalo do capitel e parecem projetar os corpos para fora do campo escultórico, ou os pares de leões de perfil e cabeça única. São esculturas rudes, porém expressivas e que antecipam o que caracterizará, algum tempo depois, a escultura do Alto Minho.

Outro indicador de ligação à Galiza é a presença de um *Agnus Dei* no tímpano do portal Sul, acompanhado pelos símbolos dos evangelistas. Apesar do pórtico dar acesso ao desaparecido claustro e de, por isso, não ser acessível à quase totalidade dos viajantes, retoma-se a argumentação já explanada sobre o *Agnus Dei* de Cedofeita e a estranha coincidência de esta iconografia aparecer no românico português ao longo das principais estradas para a Galiza<sup>72</sup>.

O período áureo do mosteiro verificou-se nos séculos XII e XIII, embora as dificuldades económicas pareçam ter sido uma constante, a ponto de a própria igreja ter sido terminada à pressa. Na primeira metade do século XIV, a escassez de monges e a degradação na gestão dos recursos, onde se incluíam fundos para a hospitalidade de viajantes e peregrinos, levou à extinção da comunidade e sua transformação em igreja colegiada<sup>73</sup>.

Ainda em Rates permanece o culto a São Pedro, lendário primeiro bispo de Braga e também lendário discípulo de Santiago aquando da pretensa viagem evangélica do apóstolo à Hispânia. Esta lenda deve ter fundo medieval, pois ela foi aproveitada por D. Diogo de Sousa, arcebispo

bracarense, para, em inícios do século XVI, melhor fundamentar a pretensão de Braga em ser reconhecida como diocese primaz das Espanhas. As relíquias deste santo foram trasladadas para a Sé de Braga em 1552, mas a fraca verosimilhança da sua lenda levou a que, progressivamente, São Pedro de Rates deixasse de ser visto como uma figura comprovadamente histórica. (Fig. 11)

71 Real, M. L., "O românico português na perspectiva das relações internacionais", em *Românico em Portugal e na Galiza*, Lisboa, 2001, pp. 35-36.

72 Real, M. L., Almeida, M. J. P. H., "Influências da Galiza na arte...", *op. cit.*, p. 1498.

73 Marques, J., *A arquidiocese de Braga...*, *op. cit.*, pp. 481-482 e 641-642.

## 5. Barcelos

O itinerário até Barcelos faz-se pela antiga Terra de Faria, primeiro por Macieira de Rates, que em 1527 surge grafada como Santiago de Macieira<sup>74</sup>, e depois por Courel, cuja igreja tem origem medieval. O castelo de Faria, documentado desde 1099, foi gerido por importantes famílias do condado Portucalense e do reino de Portugal<sup>75</sup>, o que prova a sua relevância no quadro social da época. A partir do século XV, a fortaleza entrou em decadência e, não obstante a parcial reconstrução promovida no século XX, o sítio permanece por conhecer com bases mais sólidas, reconhecendo-se um castelo tipicamente românico, com torre isolada no pátio central.

O caminho não passa hoje pelo sítio da Forca, em Areal de Cima. A *karraria* também não passava aqui, mas mais a poente, por Pereira, Carvalhal (onde a Ordem do Hospital teve propriedades) e Mereces, onde atravessava o rio Cávado por barca, em direção a Vila Frescaíña. A via romana e medieval foi preterida a partir do século XIV, quando se edificou a ponte de Barcelos. A partir daí, se não já antes, todos os caminhos do atual Sul do concelho barcelense passaram a orientar-se para aquela vila e a travessia do Cávado a jusante da ponte deixou de fazer sentido. Por essa razão, já no século XVI era pelo sítio de Areal de Cima que passava a estrada para Norte<sup>76</sup>, depois de, a partir de Courel, seguir para Santiago de Moldes<sup>77</sup>. (Fig. 12)

Em Areal de Cima localizava-se a forca que aguardava os condenados à morte pela justiça barcelense. Aqui subsiste também a Travessa do Senhor do Galo, em memória de um célebre **cruzeiro** que hoje se encontra no Museu Arqueológico de Barcelos. É um dos principais símbolos jacobeus do país e deve ter sido realizado após 1712, ano em que a forca foi instalada naquele local<sup>78</sup>. A primeira notícia da sua existência data de 1758, referenciando-o como um padrão de pedra, com duas imagens de Cristo crucificado e, em baixo, *de hua parte a figura de hum peregrino e por sima hum gallo e da outra parte está a figura de hum enforcado*<sup>79</sup>. (Fig. 13)

O cruzeiro evoca uma lenda sobejamente conhecida nos caminhos de Santiago, cuja primeira codificação surge no *Códice Calixtinus*, reportando-se a um episódio ocorrido em Toulouse, pelo ano de 1090, e tendo como protagonistas dois peregrinos alemães<sup>80</sup>. Uma versão ligeiramente modificada deste milagre – a suspensão operada por Santiago de um condenado à morte – foi replicada em Santo Domingo de la Calzada, possivelmente ainda no século XIII, embora aqui com um milagre

74 Cunha, A. M. R., *Caminhos portugueses de peregrinação...*, op. cit., p. 44.

75 Barroca, M. J., *Epigrafia medieval...*, op. cit., p. 290.

76 Almeida, C. A. B., “O cruzeiro do Senhor do Galo na devoção jacobea”, *Revista Barcelos*, 2.ª sér., n.º 11-13 (2000-2000), p. 131.

77 Cunha, A. M. R., “A devoção a Santiago no concelho de Barcelos”, *Barcelos terra condal*, Barcelos (1999), pp. 157-158.

78 Almeida, C. A. F., *Barcelos*, Lisboa, 1990, p. 97.

79 Capela, J. V., Borrallheiro, R., *Barcelos nas Memórias Paroquiais de 1758*, Barcelos, 1998, p. 23.

80 *Liber Sancti Iacobi. Codex Calixtinus*, ed. García Blanco, M. J., Santiago de Compostela, 2014, pp. 339-340.

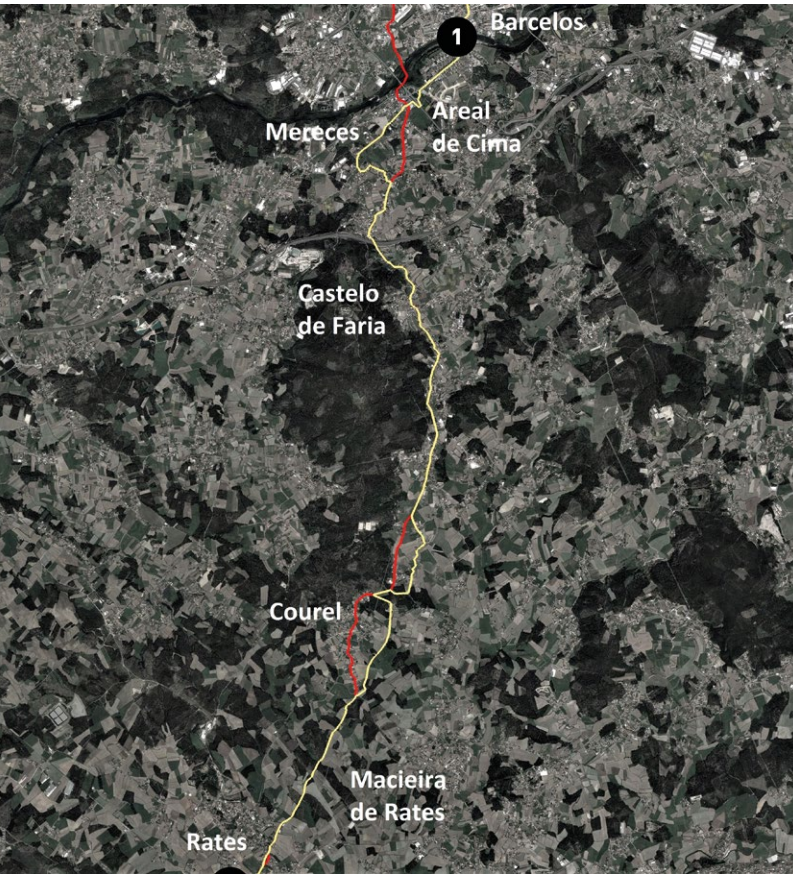


Fig. 12. Troço do Caminho Central Português entre São Pedro de Rates e Barcelos. PAF. 1: Núcleo urbano de Barcelos.



Fig. 13. Cruzeiro do Senhor do Galo. Museu Arqueológico de Barcelos. Foto: PAF.

realizado por Santiago e por Santo Domingo, patrono da igreja local e um dos mais importantes santos dos caminhos jacobeus<sup>81</sup>. Na versão portuguesa, trazida provavelmente por peregrinos, que terão contado esta lenda às gentes barcelenses, dois galegos (pai e filho) peregrinavam a Compostela. Tendo-se alojado numa estalagem em Barcelinhos, a jovem estalajadeira tomou-se de amores pelo peregrino mais novo mas, não tendo sido correspondida, acusou-o de roubo de talheres de prata, crime pelo qual o peregrino foi condenado à morte. Como nas versões anteriores, o pai cumpriu a sua peregrinação e só no regresso a Barcelos é que se dirigiu ao juiz local, para reclamar a inocência do filho, que aguardava há dias para ser enforcado. Estando o magistrado prestes a comer um galo assado que tinha já no prato diante de si, terá exclamado que, para o jovem peregrino ser considerado inocente, teria aquele específico galo que ressuscitar e cantar. Consumou-se o milagre

81 Arribas Briones, P., *Pícaros e picaresca no Caminho de Santiago*, Palencia, 2010, pp. 393-395.

naquele momento, levantando-se prontamente o galo. Perante tal prodígio, todos correram ao sítio da Forca Nova e, espantados, verificaram que, à vista de todos, Santiago sustentava o enforcado, impedindo assim que o peso do corpo consumasse o enforcamento<sup>82</sup>. Esta história foi passada para a pedra do cruzeiro, assim como uma tosca representação de um galo, colocado de perfil aos pés da cruz, enquanto, no outro lado, retrataram-se Nossa Senhora e São Bento<sup>83</sup>.

O estilizado galo do cruzeiro transformou-se num símbolo de Barcelos e num ícone de Portugal durante o Estado Novo. A rica tradição oleira barcelense havia representado vários animais em louça, mas nenhum com tanta exuberância e originalidade como o galo. Gradualmente maior e pintado com cores garridas, os galos tornaram-se peças essenciais na oferta de figurado de barro da cidade ao longo das primeiras décadas do século XX. Em 1931, o pintor Manuel Couto Viana adquiriu um conjunto para oferecer a representantes estrangeiros na Gala das 15 Nações. Quatro anos depois, por intermédio de António Ferro, o galo de Barcelos figurou com honras de destaque na Exposição de Arte Popular realizada em Genebra<sup>84</sup>. Começava aí a história fulgurante deste símbolo, mas só em 1965 (ano santo jacobeu) é que a lenda do peregrino enforcado foi relacionada com os galos da tradição oleira local<sup>85</sup>.

Barcelinhos desenvolveu-se a partir do século XIV. Os que não quisessem ou não pudessem atravessar a ponte, encontravam guarida no alpendre da **capela de Nossa Senhora da Ponte**. Sob patrocínio de Egas Lourenço, chantre da sé de Braga, o templo foi edificado em paralelo com a ponte, mas terminou antes daquela, uma vez que o seu promotor, em 1330, deixou em testamento dinheiro para conclusão da ponte<sup>86</sup>. A atual configuração da capela é seiscentista, mas preserva parte do alpendre que, em inícios do século XVI, era mais comprido que o próprio templo. Do lado norte do alpendre ainda se preservam os alicerces do templo anterior e é de presumir que, no século XVII, o interior da capela tenha sido dotado de bancos de pedra e pias de granito para que os peregrinos descansassem e lavassem os pés<sup>87</sup>. (Fig. 14)

Barcelos deve a sua importância à **ponte sobre o rio Cávado**, mandada construir por D. Pedro Afonso, filho bastardo de D. Dinis e conde de Barcelos. A vila havia sido agraciada com foral por D. Afonso Henriques em meados do século XII e ali se realizava uma importante feira. No entanto, foi com a construção da ponte que o aglomerado urbano ganhou definitiva projeção. A empreitada iniciou-se em 1325. Na origem, tinha tabuleiro em duplo cavalete rampante, como sugerem os seus dois arcos médios, de maior flecha que os restantes. Em inícios do século XVI, porém,

82 Lima, F. C. P., *A lenda do Senhor do Galo de Barcelos e o milagre do enforcado*, Lisboa, 1965, p. 38.

83 Almeida, C. A. B., "O cruzeiro...", *op. cit.*, pp. 146-147.

84 Rodrigues, E., *O galo de Barcelos, do mito, do ícone, do símbolo*, (tese de Mestrado), Lisboa, 2008, pp. 66-68.

85 Lima, F. C. P., *A lenda do Senhor do Galo...*, *op. cit.*, pp. 33-34.

86 Santos, L., *D. Egas Lourenço, chantre do cabido de Braga*, Lisboa, 1993, p. 278.

87 Faria, A. M., "A capela e o culto de Nossa Senhora da Ponte", *Barcelos Património*, n.º 3 (1995), p. 44.

Fig. 14. Troço do Caminho Central Português à passagem pelo centro histórico de Barcelos.

- 1: Capela de Nossa Senhora da Ponte;
- 2: Ponte de Barcelos;
- 3: Antigos Paços dos Duques de Barcelos, hoje Museu Arqueológico de Barcelos;
- 4: Igreja Matriz de Barcelos;
- 5: Câmara Municipal de Barcelos, antigo Hospital do Espírito Santo;
- 6: Paineira azulejar dedicado aos peregrinos em Barcelos, Mário Rocha, 2015;
- 7: Largo do Apoio;
- 8: Casa da Azenha (ponto de ajuda e acolhimento aos peregrinos atuais). PAF.



já era dotada de tabuleiro horizontal, conferido possivelmente numa reforma realizada na centúria anterior. Com efeito, possivelmente a partir de 1406<sup>88</sup>, um outro filho bastardo régio e também conde de Barcelos, D. Afonso, filho de D. João I, empreendeu a construção do paço sobranceiro à ponte, hoje em ruínas e convertido em museu arqueológico. Esta decisão foi acompanhada pela edificação de uma cerca em torno da vila. Alguns anos depois, na década de 80, para melhor proteger a ponte e para melhor controlar a passagem de pessoas e de cargas, edificou-se uma torre que colocava em comunicação a ponte e o paço<sup>89</sup>, estrutura que se encontra documentada na iconografia barcelense e que ruiu no ano 1800<sup>90</sup>. (Fig. 15)

A igreja matriz, antiga colegiada, mantém ainda marcas da importância do culto jacobeu. A historiografia mais recente assume a contemporaneidade deste mo-

88 Flores, J. M., "O paço dos condes de Barcelos", *Barcelos Património*, n.º 4 (1996), p. 8.

89 Almeida, C. A. F., Barroca, M. J., *História da Arte em Portugal – o Gótico*, Lisboa, 2002, p. 127.

90 Basto, C., "As muralhas de Barcelos", *Barcelos-Revista*, n.º 1 (1982), p. 60.



Fig. 15. Ponte e núcleo histórico de Barcelos. Foto: PAF.

numento com a ponte<sup>91</sup> e, tal como esta, apresenta indicadores arcaizantes. É um templo compacto, escassamente iluminado, com diferenças de amplitude entre as naves, fruto de imperícia arquitetónica ou de alguma pré-existência que determinou a sua desigual evolução. Já foi notado que as bases das colunas parecem ainda ser românicas<sup>92</sup> e o mesmo se pode dizer em relação a alguns capitéis do portal ocidental, que retomam velhos temas românicos, alguns longinquamente aparentados com a temática beneditina e outros com a derradeira corrente estilística do Tâmega e Sousa de meados do século XIII<sup>93</sup>. Em todo o caso, o brasão do conde D. Pedro está no portal, o que permite admitir, pelo menos, a ocorrência de uma campanha de obras sob patrocínio daquele nobre. Para o ideário jacobeu, importa destacar as vieiras que surgem na decoração da arquivolta exterior do portal principal. A colegiada de

91 Dias, P., *A Arquitectura gótica portuguesa*, Lisboa, 1994, p. 154; Almeida, C. A. F., Barroca, M. J., *História da Arte em Portugal...*, *op. cit.*, p. 54.

92 Almeida, C. A. F., *Barcelos*, *op. cit.*, p. 43.

93 Graf, G., *Portugal Roman*, *op. cit.*, p. 30.



Fig. 16. Igreja matriz de Barcelos. Pormenor do portal principal. Foto: PAF.

Barcelos não é o único monumento português a ostentar esta decoração, mas aqui surge em contexto peregrinatório explícito, até porque o mesmo símbolo está repetido em capitéis do interior. (Fig. 16)

Os peregrinos medievais deslocavam-se para o **hospital do Espírito Santo**, outra construção do século XIV e que foi um coerente conjunto urbanístico de carácter assistencial. Em 1498 tinha dois andares e quatro câmaras, provavelmente organizadas segundo o género dos enfermos e a tipologia dos admitidos. Dispunha de capela dedicada a Santa Maria, que deve ter sido o espaço ordenador do equipamento, para lá de dois alpendres (um deles com oratório ao Espírito Santo). O conjunto foi transformado a partir de finais do século XV, quando se construíram os paços do concelho e, definitivamente, a partir de 1518, com a instalação da Misericórdia na antiga capela do hospital. Subsistem ainda vestígios que podem associar-se àquele antigo equipamento<sup>94</sup> e é provável que o portal da capela hospitalar tenha sido aplicado à capela de São Francisco<sup>95</sup>.

A oferta barcelense de apoio aos peregrinos era mais diversificada. Até à construção da ponte e do hospital, existiu uma albergaria nas imediações do Largo do Apoio, onde se admite ter sido implantado o primeiro aglomerado me-

94 Silva, L., *Arquitetura das estruturas de assistência no Norte de Portugal (sécs. XII a XVI)*, (Tese de Mestrado), Porto, 2017, p. 136.

95 Gonçalves, F., *Plano de interpretação dos Caminhos de Santiago no centro histórico de Barcelos*, Mestrado em Turismo, Inovação e Desenvolvimento, Viana do Castelo, 2012, pp. 80-81.

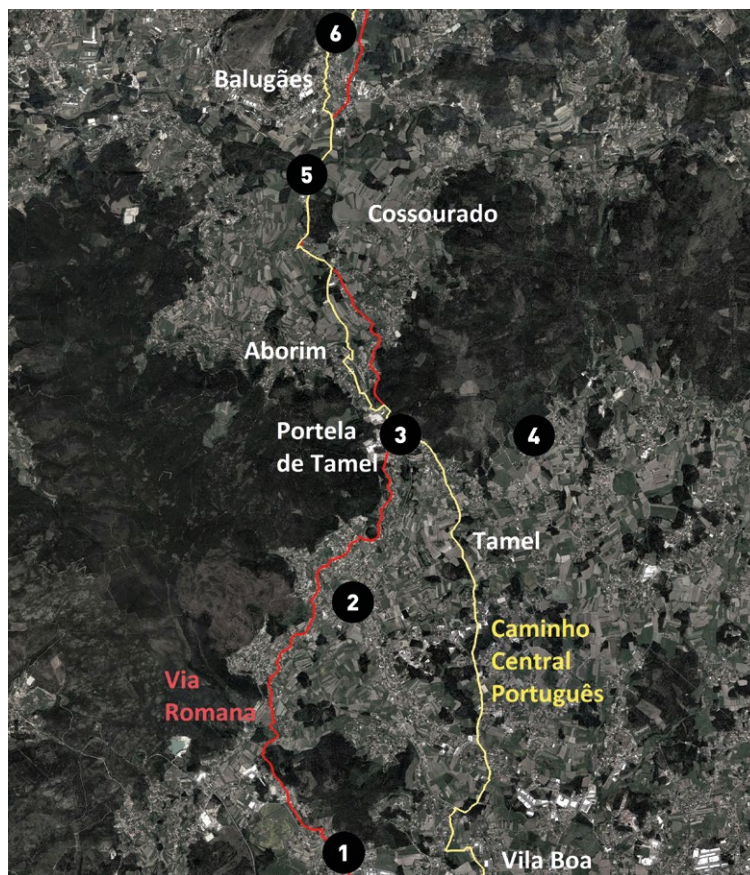


Fig. 17. Troço do Caminho Central Português entre Barcelos e a travessia do rio Neiva.

- 1: Mosteiro de Abade de Neiva;
- 2: Igreja de Santiago de Carapeços;
- 3: Cruzeiro com bordão, viera e cabaça na Portela de Tamel;
- 4: Igreja de Santiago de Couto;
- 5: Ponte das Tábuas;
- 6: Igreja de Balugães. PAF.

dieval<sup>96</sup>. A albergaria está documentada desde 1215<sup>97</sup> e devia estar próxima da gafaria, já documentada em 1177<sup>98</sup>.

### 6. A estrada santiaguesa (Fig. 17)

Tal como a Sul de Barcelos se impôs um trajeto alternativo à via romana, também a nova centralidade detida pela vila condal impôs um itinerário distinto para Norte. No século XVI há referência a uma estrada que, partindo de Barcelos, se dirigia para São João de Vila Boa e São Pedro Fins de Tamel, então identificada como *estrada santiaguesa*<sup>99</sup>. O caminho passava certamente pela capela de Santiago, já

96 Sá, M., *A valorização turística do património cultural. O museu da cidade de Barcelos*, Mestrado em Património e Turismo Cultural, Braga, 2014, p. 24.

97 Silva, L., *Arquitetura das estruturas...*, *op. cit.*, p. 34.

98 Cunha, A. M. R., "A devoção a Santiago...", *op. cit.*, p. 160.

99 Almeida, C. A. B., "O cruzeiro...", *op. cit.*, p. 137.

demolido, e, desde 1504, pelo Campo da Feira. O caminho seguia para Vila Boa, com destino à Portela de Tamel, onde se voltava a encontrar o traçado da via romana.

A centralidade de Barcelos levou à preponderância desta *estrada santiaguesa* em detrimento do traçado antigo. Este seguia mais a poente, em direção à igreja do antigo **mosteiro de Abade de Neiva**. Referido desde finais do século XI<sup>100</sup>, deve ter sido objeto de reforma pelos meados da centúria seguinte, na medida em que se preserva a memória de uma inscrição que aludia ao ano 1152<sup>101</sup>. O atual templo foi edificado entre os séculos XIII e XIV e, em 1301, passou para a posse de mestre Martinho, médico do rei D. Dinis. Conserva-se também a torre, datável do final da Idade Média<sup>102</sup>, ao contrário da galilé de possível função funerária, demolida por ameaçar ruína. Na igreja preservam-se elementos tardo-românicos (capitéis do portal principal, que veiculam antigos temas românicos) e outros já góticos (janela geminada da capela-mor). (Fig. 18)

Nas imediações existiu uma albergaria, cuja origem tem sido atribuída a mestre Martinho. A relação com a Coroa pode estar na origem da tradição de aqui se ter alojado a rainha Santa Isabel na peregrinação a Compostela em 1325<sup>103</sup>. Não obstante estas referências difusas, a albergaria ainda existia em 1795, compondo-se de uma casa, dois alpendres e quintal<sup>104</sup>, mas a existência da instituição foi constantemente marcada por problemas financeiros e de gestão<sup>105</sup>.

O ponto seguinte na antiga via era Carapeços, mencionada nas Inquirições de 1220 como Sancto Iacobo de Carapezos<sup>106</sup>. Na Portela de Tamel, os dois caminhos encontravam-se. Na Idade Média, a localidade era conhecida por Sancto Jacobo Tamial<sup>107</sup> e ainda hoje a igreja de Couto possui uma imagem de Santiago. Na Portela, a igreja local é antecedida por um cruzeiro que tem gravados o bordão, a vieira e a cabaça, elementos identitários da rota jacobea.

A travessia do rio Neiva fazia-se pela **ponte das Tábuas**. O topónimo deve ter origem numa estrutura de madeira referida em 1135 como *pontem de Thabulis*, indicando nessa altura o limite do couto que D. Afonso Henriques concedera à igreja de Santiago de Cossourado, outra localidade que deve ter fornecido apoio aos peregrinos, onde subsiste o topónimo Pousada e onde a Ordem do Hospital teve interesses<sup>108</sup>. Também na região estão documentados os templários<sup>109</sup> e nas imediações da ponte, cruzado o rio, ainda se conserva um antigo marco com a cruz desta ordem, fazendo

100 Costa, A. V., *O bispo D. Pedro e a organização...*, op. cit., p. 172.

101 Barroca, M. J., *Epigrafia medieval...*, op. cit., pp. 240-241.

102 Almeida, C. A. F., *Arquitetura românica de Entre-Douro-e-Minho*, (Tese de Doutoramento), Porto, 1978, p. 173.

103 Gonçalves, F., *Plano de interpretação dos Caminhos...*, op. cit., p. 31.

104 Marques, J., "A colegiada e o hospital de Santa Maria de Abade de Neiva nos séculos XIV e XV", *Barcelos Revista*, 2.ª sér., n.º 4 (1993), p. 17.

105 Silva, L., *Arquitetura das estruturas...*, op. cit., pp. 137-138.

106 Cunha, A. M. R., "A devoção...", op. cit., p. 158.

107 Cunha, A. M. R., *Caminhos Portugueses...*, op. cit., p. 55.

108 Silva, R., *As ordens militares do Hospital e do Templo no entre-Cávado-e-Minho nas Inquirições de Duzentos*, (Tese de Mestrado), Porto, 2016, p. 113.

109 Trindade, M. J. L., "A propriedade das ordens militares nas inquirições gerais de 1220", em *Do Tempo e da História*, vol. 5, 1971, p. 139.



Fig. 18. Mosteiro de Abade de Neiva. Foto: PAF.

crer que, em determinado momento da Idade Média, as propriedades templárias confinavam com as hospitalárias, tendo como limite o rio Neiva. A atual ponte data do final da Idade Média, como sugere os seus dois arcos de perfil ligeiramente apontado<sup>110</sup>. O arcaísmo da estrutura é evidente, com tabuleiro ainda rampante.

À semelhança de outros importantes templos localizados nesta estrada, também a igreja de Balugães teve origem em finais do século XI. O pequeno e discreto edifício é fruto de uma reconstrução concluída em 1168, ano inscrito em epígrafe no portal principal<sup>111</sup>. Numa altura em que já se faziam sentir as correntes beneditina e galega no românico português, não deixa de ser interessante constatar que a escassa decoração aplicada ao portal da igreja tenha privilegiado um reportório geométrico e vegetalista típico do primeiro românico bracarense, em voga sobretudo até à década de 30 do século XII<sup>112</sup>. (Fig. 19)

110 Maciel, C. O., *Vale do Neiva – subsídios monográficos*, Durrães, 1982, p. 626. Em 1594, já a ponte era de pedra, facto que não passou despercebido a Gian Battista Confalonieri, *Por terras de Portugal no séc. XVI*, ed. Bartolomé de Villalba y Estaña, Lisboa, 2002, p. 262.

111 Barroca, M. J., *Epigrafia medieval...*, *op. cit.*, p. 323.

112 Fernandes, P. A., “Uma nova arte para um novo reino”, em *No tempo de D. Afonso Henriques*, Porto, 2017, p. 107.



Fig. 19. Igreja de Balugães. Foto: PAF.

### 7. *Ponte de Lima*

A passagem para território limiano faz-se na igreja de Santiago de Poiares, templo que, em 1220, é mencionada como Sancto Jacobo de Poiares. O caminho segue para Vitorino dos Piães e pela Portela da Facha, onde ainda subsiste o topónimo Albergaria, que se admite estar relacionado com um equipamento assistencial medieval<sup>113</sup>, e que estava na área de influência do castelo local, fortificação dos séculos XII-XIII e de que restam ainda vestígios<sup>114</sup>. Em Vitorino dos Piães, cujo templo está documentado desde o século XI, conservam-se sepulcros medievais e dois ajimezes pré-românicos<sup>115</sup>. A Facha apresenta uma longa diacronia ocupacional pós-romana, datando os testemunhos mais antigos de um estabelecimento suevo.

113 Almeida, C. A. F., “Os caminhos e a assistência no Norte de Portugal”, em *A pobreza e a assistência aos pobres na Península Ibérica durante a Idade Média*, vol. 1, Lisboa, 1973, p. 51.

114 Almeida, C. A. F., *Alto Minho*, Lisboa, 1987, p. 111.

115 Barroca, M. J., *Necrópoles e sepulturas...*, op. cit., 1987, p. 199 e 242; Barroca, M. J., “Contribuição para o estudo dos testemunhos pré-românicos de Entre-Douro-e-Minho”, em *Congresso Internacional do IX Centenário da Dedicção da Sé de Braga*, vol. 4, Braga, 1990, p. 107.

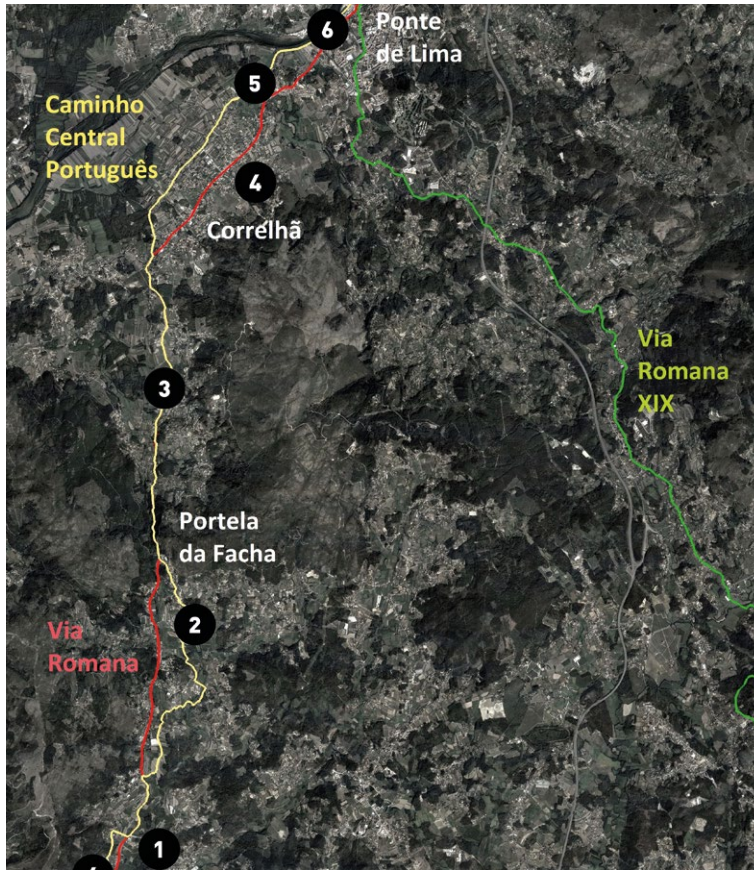


Fig. 20. Troço do Caminho Central Português entre Balugães e Ponte de Lima.  
 1: Igreja de Santiago de Poiães;  
 2: Igreja de Vitorino dos Piães;  
 3: Alminha dedicada a Santiago;  
 4: Igreja de Santo Abdão de Correlhã;  
 5: Ponte de Nossa Senhora das Neves;  
 6: Capela de Nossa Senhora da Guia (antiga Gafaria de São Vicente da Baldrufa). PAF.

Em Arribão, surpreende a alminha dedicada a Santiago. O painel de azulejos é uma réplica de 2004, que retrata o apóstolo a meio de um caminho, como peregrino. O conjunto foi inicialmente composto em 1840, como indica a data inscrita na moldura em granito que enquadra o painel. A capela anexa, dedicada a São Sebastião, data do final da Idade Média.

O destino é a Correlhã, localidade de grande relevância medieval. O caminho atual não passa perto das duas igrejas românicas da localidade. A de São Tomé era a paroquial e foi alvo de obras em 1140, conforme inscrição no tímpano, mas o silhar onde se gravou a epígrafe parece ter sido reaproveitado numa construção que reformou aquele templo no século XIII<sup>116</sup>. (Fig. 20)

A segunda igreja está dedicada a Santo Abdão. Uma tradição recolhida no século XIX atribuía a fundação a três peregrinos italianos que, aqui tendo descansado, decidiram fundar a igreja em honra daquele santo italiano<sup>117</sup>. O atual templo é uma

116 Barroca, M. J., *Epigrafia medieval...*, op. cit., pp. 200-202; Almeida, C. A. F., *Alto Minho*, op. cit., p. 110.

117 Graf, G., *Portugal Roman*, op. cit., p. 31.

construção modesta e sóbria, possivelmente de carácter funerário<sup>118</sup>, que integra já elementos goticizantes. Quem se aproxima, não vê já a sua maior atração: uma singular representação de Adão nu no Paraíso, esculpida no tímpano do portal principal. Esta indecorosa representação foi mandada mutilar em 1750, por um zeloso visitante, horrorizado com as “partes inhonestas e impuras quasi de todo descobertas” de Adão, “o q he obsceno, indecentissimo e intolerável”. A pedra foi picada<sup>119</sup>, assim se destruindo a que parece ter sido a mais inequívoca representação do *Eden* no românico português<sup>120</sup>.

A história da Correlhã está relacionada com Compostela, pois entrou no património compostelano na alta Idade Média. A primeira propriedade a ser doada foi São Salvador de Montélios, em 883; a segunda foi São Vítor de Braga em 899; a Correlhã foi a terceira, em 915, por intermédio do rei Ordonho II, o que prova a importância deste aglomerado populacional, também do ponto de vista religioso. A doação foi confirmada pelos condes portugalenses e por vários monarcas portugueses, *pro remedio anime mee et intuitu Beati Jacobi Apostoli*<sup>121</sup>, chegando a vila a receber foral por parte de Diego Gelmírez em 1120. Já foi sugerida a hipótese de aquelas doações dos séculos IX e X constituírem o reflexo de uma primeira tentativa de retirar poder (também simbólico) a Braga, o que ajudaria a explicar a razão de transferência para a autoridade compostelana de propriedades tão simbolicamente relevantes e ligadas às origens do Cristianismo na região bracarense, como Montélios e São Vítor<sup>122</sup>.

O caminho dirige-se para as margens do Lima, pela capela e ponte de Nossa Senhora das Neves. Este trajeto deve ter-se imposto em época recente, uma vez que o templo data do século XVIII e a ponte é ainda posterior. A chegada a Ponte de Lima fazia-se junto ao rio, pelo sítio da Baldrufa, onde a capela de São Vicente Mártir era sede de uma gafaria que, no final da Idade Média, dispunha de quatro casas<sup>123</sup>. Integrada no património da Misericórdia, foi desativada no século XVII e aí se construiu a atual capela de Nossa Senhora da Guia.

O destino era a ponte romana e medieval sobre o Lima, onde os peregrinos entravam numa outra estrada herdada do império romano: a via XIX, que partia de Braga e se dirigia para o rio Minho, diante de Tui. No burgo limiano, havia várias opções de alojamento, como o Hospital da Praça, diante da igreja matriz. A mais célebre instituição era, porém, o Hospital de Fora, especificamente dedicado a peregrinos<sup>124</sup>. Instituído em finais do século XV pelo visconde Leonel de Lima e sua

118 Almeida, C. A. F., *Arquitectura românica...*, op. cit., 1978, pp. 263-264.

119 Alves, L., “Igrejas e capelas românicas da ribeira Lima”, *Caminiana*, vol. 4, n.º 7 (1982), p. 81.

120 Fernandes, P. A., “Limiares da Salvação. Visões da vida eterna na escultura românica portuguesa. O paraíso”, em *Redenção e Escatologia. Estudos de filosofia, religião, literatura e arte na cultura portuguesa*, vol. 1, tomo 2, Lisboa, 2015, p. 232.

121 Marques, J., “O culto de S. Tiago no Norte de Portugal”, *Lusitânia Sacra*, 2.ª sér., vol. 4 (1992), p. 103.

122 Fernandes, P. A., *História de um Caminho. Um Caminho na História*, Penafiel, 2021 (no prelo).

123 Araújo, M. M. L., “Os hospitais de Ponte de Lima na era pré-industrial”, em *XVIII Seminário Internacional sobre Participação, Saúde e Solidariedade - Riscos e Desafios*, Braga, 2006, p. 484.

124 Silva, L., *Arquitectura das estruturas...*, op. cit., p. 206.

mulher, situava-se junto à Porta do Souto, arco da muralha que dava para o recinto da feira, na época também mencionado como Largo das Estalagens<sup>125</sup>. A instituição foi integrada na Misericórdia em 1603 e, a partir dessa altura, diminuindo a afluência de peregrinos jacobeus, passou a funcionar como asilo. Em 1880, o edifício e os terrenos anexos foram mobilizados para albergar o recém-criado Asilo de Infância Desvalida D. Maria Pia, posteriormente transformado em Colégio D. Maria Pia, que ainda hoje existe.

### Conclusão

A *karraria antiqua* impôs-se ao longo da Idade Média como via estruturante do Porto para Norte. Se, durante a vigência do império romano, a estrada serviu sobretudo *villae* e casais de relevância secundária, entre os séculos X e XIII foi um fator de grande atração para outro tipo de organização, assente maioritariamente em castelos e mosteiros.

Foi a atração que esta estrada exerceu sobre alguma nobreza liderante (geograficamente organizada em *terras* que dispunham do seu castelo tutelar) que ditou a crescente importância da via até ao final do século XIII. Foi essa nobreza que favoreceu a constituição das principais casas monásticas ao seu longo do seu percurso, com particular destaque para beneditinos e cónegos regrantes, mas também outras observâncias religiosas. Não deixa de ser surpreendente a existência de mosteiros rurais femininos, enquanto que a instalação da Ordem do Hospital em Leça do Balio – tradicionalmente explicada por razões políticas do governo de D. Teresa –, pode, afinal, estar relacionada com a restauração da diocese do Porto e a tentativa do seu primeiro bispo em densificar um território que tinha ligações (históricas e pessoais) a Compostela.

A constituição da rede paroquial parece hoje mais difusa, sendo certo que algumas igrejas tiveram fortes vínculos aos mosteiros vizinhos. À medida que se caminha para Norte, e sobretudo entre Barcelos e Ponte de Lima, a relevância de Santiago como orago paroquial é surpreendente. Acompanhando a estrada de origem romana, de um e de outro lado do trajeto, sucedem-se freguesias medievais consagradas a Santiago, o que sugere que o fluxo peregrinatório terá sido importante o suficiente para contribuir para a paroquialização do território ao longo dos séculos XI e XII.

Nesta região assim densificada de nobres e de religiosos, as pontes foram agentes essenciais de desenvolvimento. Algumas têm origem romana, na medida em que apresentam ainda características construtivas dessa época, como silhares almofadados

---

125 Almeida, C. A. B., “A intervenção...”, *op. cit.*, p. 141.

ou mesmo tabuleiros tendencialmente horizontais. Mas a maioria data dos séculos centrais da Idade Média, com tabuleiros rampantes e silhares siglados. Apesar da grande fragilidade destas estruturas, é ainda apreciável o património viário que se pode atribuir à Idade Média e que não pode dissociar-se do desenvolvimento económico e social ao longo da estrada.

Em quase todo o seu trajeto, a estrada medieval foi fiel à via romana. Tal não acontece uma única vez: à passagem por Barcelos. No século XIV, a antiga travessia do rio Cávado, por barca, foi preterida em benefício da mais cómoda (mas também mais cara) ponte de Barcelos. A centralidade regional que a vila ganhou a partir dessa altura determinou a constituição de novas estradas de acesso, sendo sintomática a menção à *estrada santiaguesa* em inícios do século XVI. Sendo Barcelos uma das localidades portuguesas mais ligadas ao culto a Santiago, foi a sua decisiva afirmação regional que ditou a primeira grande rutura na estrada de origem romana. Outras se seguiram, e até bastante mais profundas. Nos séculos XIX e XX, a rede viária moderna secundarizou este tão antigo e importante itinerário, razão pela qual pôde ainda ser recuperado para fins peregrinatórios, fazendo assim com que o Caminho Central Português reencontrasse a antiga estrada dos peregrinos jacobeus medievais.

Fecha de recepción / *Date of reception* / Data de recepción: 28-V-2020

Fecha de aceptación / *Date of acceptance* / Data de aceptación: 21-VII-2020